

## **ACTA DA TERCEIRA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT) -----**

--- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas dezassete horas e trinta minutos, tendo o Senhor Presidente da Assembleia, José Miguel Correia Noras, dado as boas vindas a todos os presentes que eram os seguintes: Ana Filomena Figueiredo Reis, António José da Fonseca Nobre, António Pratas Cardoso, Arlino Ferreira Santos, Armindo Castelo Bento, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Alberto Jerónimo, Francisco Dias Cortês Ferreira, João Luís Dinis dos Santos, João Sequeira Fróis Figueiredo, José Assunção Santo Alfaiate, José Augusto Faustino da Conceição Carrinho, José Joaquim de Jesus Brás, José Manuel Sousa Ferreira do Rosário, José Paulo de Carvalho Pereira, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado em substituição do deputado José Luís Cabrita, Luís António de Oliveira Martins, Luísa Pinheiro Portugal, Nuno Mário da Fonseca Antão, Pedro José Duarte Tomé Rodrigues, Vasco Luís Costa Pimenta, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Vitor Varejão.-----

--- Faltaram os seguintes membros: Ana Benavente, Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha, António Albano Freire de Carvalho, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Isabel Maria Pinto de Almeida, João Carlos Alves Fernandes, João Carlos Costa das Neves, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Manuel Luís da Cruz Bárbara, Manuel Santos Coelho.-----

--- Os deputados, Helder Pombo, Francisco Madeira Lopes, João Carlos Costa das Neves, Joaquim Veríssimo Pisco, Leonel Martinho do Rosário, Manuel Luís Bárbara e apresentaram a respectiva justificação de falta. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

**Período «Antes da Ordem do Dia»**-----

**Período da «Ordem do Dia»:**-----

**Ponto Um** - Apreciação e votação da Prestação de Contas e do Relatório de Gestão da CULT, referente ao ano de 2004;-----

**Ponto dois** - Empresa de «Águas do Ribatejo» - Abastecimento de Águas e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM - actualização de investimentos;-----

**Ponto três** - Apresentação aos membros da Assembleia do Projecto «Ribatejo Digital»; -----

**Ponto quatro** - Apreciação e votação da primeira Revisão Orçamental.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---O senhor Presidente da Assembleia da CULT, José Miguel Noras, deu início à sessão e proferiu uma palavra de saudação e boas vindas e, ao mesmo tempo, de agradecimento pela disponibilidade manifestada, numa 5ª feira, dia 28, embora em conformidade com o Regimento aprovado, estarem a participar nos respectivos trabalhos. Disse ainda que as vossas/nossas deliberações não são para ficar na gaveta por dois objectivos essenciais: primeiro porque a Mesa respeita as deliberações e cumpre-as, e porque a Junta dá conta do recado e a isso nos ajuda, ou seja, esta disposição já resulta das deliberações havidas e estamos aqui neste espaço, por grupos organizados, conforme foi deliberado. Em matéria de organização do funcionamento da Assembleia, disse ir respeitar os grupos no uso da palavra, para facilitar a elaboração das actas, cujos textos, no que toca às anteriores reuniões já estão redigidos, mas permanecem algumas dúvidas quanto aos autores das alocuções proferidas, nalguns casos, foram as primeiras, não nos conhecíamos todos. Pediu que, doravante, pudessem, antes da intervenção, dizer o respectivo nome o que simplificaria a missão de quem tem de elaborar a respectiva acta. Agradeceu à Junta da CULT porque, ciente das múltiplas preocupações que já animam a Junta e das tarefas que são cometidas a esta Assembleia, lançou mão de uma consulta junto de várias personalidades que pudessem colaborar connosco e, nos termos

orçamentais e daquilo que se dispõe para os quadros em apreço, chegou-se á conclusão que a Dra. Graça Morgadinho preenchia os melhores requisitos, disponibilizando-se pelo valor mais baixo, a prestar essa mesma colaboração à Junta da CULT. Saudou a Dra. Graça Morgadinho que vai ajudar, como secretária desta Assembleia, a cumprir os objectivos traçados. Propôs, ainda, a alteração do último ponto da Ordem de trabalhos que se prende com a alteração orçamental e que, havendo a anuência dos senhores deputados, iria preceder a apresentação do Projecto Ribatejo Digital. Terminou com uma saudação fraterna, amiga, democrática e respeitosa, ao senhor presidente da Junta da CULT. -----

--- A Assembleia não viu inconveniente na inversão dos pontos da Ordem de Trabalhos proposta pela Mesa e passou-se de imediato ao período antes da Ordem do Dia.-----

--- **No período antes da Ordem do Dia** usou da palavra o senhor **deputado Armindo Bento**, que disse que, tendo havido eleições em Portugal, numa Assembleia como esta da Comunidade Urbana, seria inaceitável não realçar aqui essa mudança política fundamental no país, através do voto popular e é assim que, em democracia acontece.-----

--- Usou da palavra a **deputada Ana Reis** para colocar algumas questões relacionadas com projectos da CULT que foram dados a conhecer à Assembleia e que todos aprovaram. Gostaria de ser informada em que ponto se encontram as Cartas Educativas dos onze concelhos que fazem parte da CULT, nomeadamente se o papel da CULT era só o de mero intermediário entre a empresa a quem foi adjudicada a elaboração das Cartas ou se tinha depois algum papel decisivo na apresentação final das diferentes cartas. -----

--- Questionou, também, sobre o Levantamento do Território dos onze municípios à escala 1/2000. Disse ter sabido que, no país, só há uma entidade que tem o levantamento, a nível nacional, bem feito, e que nos pouparia dinheiro se essa entidade pudesse facultar esse levantamento. Está a referir-se à EDP que tem o levantamento do território nacional todo feito. -----

--- Outra questão que levantou foi saber o que se passa com a Estrada Real no Vale de Santarém. Sabe que houve alterações ao projecto, bem como o cancelamento, e gostaria de ser esclarecida quanto a este assunto.-----

--- Usou da palavra **a deputada Vera Noronha** que referiu que Alpiarça tem um ex-libris que é a Casa Museu dos Patudos e lamentou que, na Revista da CCDR, tenha saído como publicidade ao Concelho do Cartaxo, porque a legenda, de facto, é infeliz. A Casa dos Patudos, situada em Alpiarça, é neste momento considerada o melhor Museu Municipal do país e com todas as necessidades de manutenção que todos compreenderão. Foram recentemente editados uns catálogos que se chamam «Fragmentos da Eternidade» e a sua proposta é que a Junta pudesse adquirir alguns exemplares no sentido de, desta forma, divulgar um património que é regional e até nacional.-----

--- Usou da palavra **o deputado Luís Martins** para dizer que, estando em Santarém, não seria possível deixar de referir a passagem recente do 25 de Abril. Esta Assembleia deveria manifestar o seu apreço e a sua gratidão à memória do Capitão Salgueiro Maia e de todos aqueles que o acompanharam, no 25 de Abril de 7, e estender essa manifestação de gratidão a todos os antifascistas que, durante quase meio século, permitiram e criaram as condições para que o 25 de Abril fosse uma necessidade. Referiu também a passagem dos 30 anos das primeiras eleições em liberdade, com a eleição dos 247 deputados que vieram a construir a nossa Lei Fundamental. Manifestou o seu apreço pela entrada em vigor da Constituição da República, há 29 anos atrás. Posta esta questão, que espera merecer o respectivo ênfase pela parte do senhor Presidente da Assembleia, colocou ainda a questão inerente ao pagamento das senhas de presença aos membros desta Assembleia o que ainda não foi processado e a razão que permita justificar esse facto, ou se se trata de questões orçamentais que terão de ser ultrapassadas. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia José Miguel Noras** usou da palavra para responder à questão levantada pela deputada do CDS/PP sobre a Estrada Real do Vale de Santarém, e dá esse esclarecimento enquanto Presidente da

Assembleia da CULT, mas também por dele ter conhecimento na qualidade de autarca do município de Santarém. As informações de que dispõe apontam no sentido de os eventuais atrasos não serem imputáveis à autarquia e, por conseguinte, decorrerem das fragilidades que, muitas vezes, a burocracia e a legalização dos actos impõe. Os atrasos não são devidos a qualquer «negligência» ou a qualquer menor cuidado da autarquia escalabitana, mas sim da responsabilidade de terceiros.-----

----No tocante a outros problemas que foram levantados, mormente no que diz respeito à Cartografia, às Cartas Educativas e a outros problemas, o Presidente da Junta da CULT poderá esclarecer muito melhor - segundo adiantou.-----

--- Sublinhando a intervenção do seu colega Armindo Bento, gostaria de dar ênfase, conforme foi solicitado, em nome da Mesa, quanto à manifestação de reconhecimento público relativamente aos heróis que, tendo partido de Santarém, deram voz de prisão ao antigo regime e, ao mesmo tempo, fizeram um stop a tempos terríveis por que passou a nação portuguesa e com ela o seu povo, momentos de angústia, de medo, silêncios e de segredos, tempos que humilharam e insultaram. Foram tempos de raivas contidas e de muitas lágrimas secas e de outras que tiveram a ver com o luto, com a dor, com a morte, com o sangue, com muitas noites de insónia em que a juventude se gastava, não em cenários ou em fábulas, mas desesperando, com amigos e familiares mortos nos braços. Sublinhou ainda, a particularidade exemplar de se fazer uma revolução, colocando numa espingarda uma flor, sem derramamento de sangue. A elevação desse momento que o seu colega e amigo Luís Martins colocou a esta Assembleia, que deu origem a movimentos democráticos, que atingiram contrutivamente a Europa e também a América, particularmente a América Latina. O 25 de Abril é, de facto, digno de ser homenageado, conforme foi ali sublinhado e proposto, mas, ao mesmo tempo, lembrado como uma janela que abriu horizontes, tendo começado com uma canção, tendo prosseguido com outra canção, tendo-se realizado com esperança, com amor, com poesia e até com humor e utopia. Não esquece que, nas múltiplas

conversas que manteve com o herói e nobre Capitão de Abril que foi Salgueiro Maia, este lhe ter dito, a dado passo, pasme-se, que a coluna militar, a caminho de Lisboa, parou num sinal de stop e a expressão de Salgueiro Maia foi: “Tirem-me do sinal vermelho”, não com qualquer sentido clubístico, nem com qualquer sentido político, mas no sentido de reafirmar que se tratava de uma revolução a sério, uma revolução digna e pura como esses insígnias que a fizeram, demonstrando que não iam para destroçar ninguém, não iam para baleiar, não iam para fazer sangue, iam para interromper um ciclo que tinha que acabar ali e, ao mesmo tempo, com a alegria dos cravos de Abril, dando ao povo português aquilo que era o fim da censura, da polícia política, da vida de miséria, das perseguições, da tortura e da humilhação e do insulto à liberdade. Porque as regiões, os povos e os países pouco valem, afinal, se não houver a liberdade. O senhor deputado pediu para dar enfoque e, como Presidente, em trânsito, neste momento entre assembleias, pois acumula a presidência de outras assembleias, está ali e, com muito gosto, se associa à palavra muito mais concisa, oportuna e pioneira do que a sua, que foi a do seu colega e amigo, de quem aprecia muito a obra como autarca e presidente da Assembleia Municipal de Benavente, Luís Oliveira Martins que, se estiver concordante com as palavras que proferiu, creio ter sido a melhor maneira de destacar o significado do «25 de Abril» e, julgando não ter atingido nenhum grupo, pois todos são unânimes nesta memória e neste agradecimento, pediu a todos que considerassem esta palavra de apreço do colega Luís Martins como a melhor manifestação de reconhecimento do papel dos heróis do 25 de Abril, dispensando claramente aquela que foi apenas uma palavra de aplauso da sua parte e de concordância da Mesa, relativamente à intervenção do senhor deputado, da mesma forma que se associa àquilo que foi uma expressão correcta e politicamente importante, também proferida pelo colega Armindo Bento.-----

--- Solicitou, em seguida, ao senhor Presidente da CULT que desse informações relativas aos outros pedidos de esclarecimento. -----

--- Usou da palavra **o Senhor Presidente Junta da CULT** que, relativamente às Cartas Educativas, referiu estarem numa fase final da sua elaboração, estarem a ser elaboradas, cada uma, pelo seu concelho. Até aqui a CULT, a única função que teve foi a de facultar o cumprimento das normas legais que apontam para a elaboração das Cartas Educativas, ao melhor custo, através da obtenção de economia de escala com concurso único para todos os municípios, no entanto não enjeitam o critério de que, após a elaboração das Cartas Educativas, devem ser analisadas no seio da CULT, isto é, de uma forma integrada, pensando nas propostas que são feitas por cada um dos municípios, conjugando-as com a região, e serem um suporte para a elaboração do Plano Estratégico que a região pretende ter. -----

--- Quanto às senhas de presença, houve da parte da CULT a necessidade de obter um parecer inequívoco de que e como deviam fazer para proceder ao seu pagamento. Já não existem dúvidas, como prova o parecer que a Comissão de Coordenação Regional enviou, hoje mesmo, e por isso não houve tempo de processar. -----

--- Em relação à Cartografia à escala 1/2000 está a ser elaborada. A EDP não é nosso parceiro, outros são, como a PT, há razões técnicas para isso e pedia que a Mesa permitisse que o Dr. António Torres desse a explicação para o facto de a EDP não estar a colaborar connosco. -----

--- Usou da palavra **o Dr. António Torres** esclarecendo que, para a elaboração da Cartografia à escala 1/2000 que arrancou acerca de dois anos, tentou obter parcerias com a EDP, etc. A EDP tinha cartografia à escala 1/5000 e não 2000, mas depois colocava-se a questão dos concursos públicos, ou seja, como é que poderiam adquirir à EDP cartografia à escala 1/5000. Por outro lado, também desejavam que a nossa cartografia fosse validada pelo Instituto Geográfico Português e, nessa linha, estabeleceu-se um protocolo com aquele Instituto. A Cartografia que estão a elaborar vai integrar a série nacional do IGP e obtiveram a parceria da PT que não se importou de ter o objecto de catálogos imposto pelo Instituto, para a elaboração daquela cartografia, porque também

há diferenças entre o catálogo de objectos da EDP e da PT. Esta empresa entra com 50%, a CULT obteve 40% de financiamento do POSI, e os restantes 10% de um investimento de quase 400 mil contos, é repartido pelos municípios associados. -----

--- Usou da palavra **o deputado Armindo Bento** que disse ter sido distribuído o parecer da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e querer referir duas situações. Sabe bem que a Comunidade Urbana e a CULT são órgãos recentes, mas crê que têm um erro de base técnico que devia ser corrigido. Em primeiro lugar, diz no parecer que foi remetido à Assembleia que os representantes nesta Assembleia da CULT são representantes dos seus municípios, o que não é verdade. Representam todos os municípios da Comunidade Urbana, não são representantes dos seus municípios e a ser assim, como consta do parecer, estabelecia-se uma regra de discriminação o que é proibida constitucionalmente. Isto é, fazia com que os representantes dos municípios mais pequenos fossem pagos por senhas menos elevadas que os municípios maiores e essa discriminação, na mesma assembleia, constitucionalmente, não são permitidos. O parecer, de facto, está errado. É grave e é um erro que um vice presidente da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo não saiba o que é a Comunidade Urbana. -----

--- Usou da palavra **o deputado José Paulo** que disse que este problema nunca se pôs nas assembleias metropolitanas de Lisboa e do Porto. Concorda com o colega deputado que o antecedeu, porque em Lisboa, onde é secretário da Mesa, os membros eram abonados pela Assembleia Municipal com maior dimensão, no caso a de Lisboa. Lamenta que este facto não tenha sido considerado, em devido tempo, e tenha dado esta confusão. -----

--- Em relação às Cartas Educativas perguntou se não haveria toda a conveniência que fosse do conhecimento da CULT o enquadramento, nos seus diversos factores, do ambiente escolar, na própria comunidade. Houve da parte da Junta a preocupação de perguntar, junto de outras entidades como a DREL ou a CAE informações sobre o parque escolar, ou sobre outros aspectos

educativos, em relação aos outros concelhos da CULT? - questionou. Outra questão que acha estar a ficar atrasada é a da existência de Comissões, no seio da Assembleia e decerto que uma Comissão de Educação permitiria ter um conhecimento mais efectivo da realidade escolar na nossa comunidade. Recordou que, dentro dos próprios concelhos há, por vezes, realidades diferentes. Tem conhecimento de um agrupamento do Concelho de Santarém, no caso Alcanede, onde a realidade é completamente diferente de agrupamentos da sede de Concelho. -----

--- Usou da palavra **o Senhor Presidente da Assembleia**, referindo que sempre considerou que a orientação, no que toca a senhas de presença, de acordo com a Assembleia Municipal de Santarém que é a capital de Distrito e deveria ser igual para todos. Também o surpreende a intervenção constante no documento, a este respeito, que foi apresentado à Assembleia da CULT.-----

--- **O Senhor Presidente da Junta da CULT** esclareceu que, nos concelhos municipais que fazem o acompanhamento da elaboração das Cartas Educativas, há representantes da DREL e do CAE e têm uma visão da região muito mais generalizada do que nós que cingimos a nossa observação ao nosso concelho. -----

--- **O Dr António Torres** acrescentou ainda que, no âmbito da elaboração da Carta Educativa, já tiveram quatro reuniões, duas com a anterior Directora Regional e duas com o novo Director Regional, em termos de levantar informação sobre o parque escolar, custos padrão, para o tipo de escolas, aquecimentos, para verter toda essa informação em termos de investimento e programação dos investimentos a realizar nas Cartas Educativas. Portanto, não só nos concelhos municipais, mas ao nível da Direcção Regional em Lisboa, está a ser feito o acompanhamento das Cartas Educativas. -----

--- Usou da palavra **o deputado José Paulo** que disse ser um bom investimento da CULT fazer esse trabalho de base e saber qual é, ao nível da comunidade urbana, a nossa realidade sócio educativa. Se a Comunidade

Urbana é para continuar, acha conveniente, no âmbito da educação, da saúde e noutros, que seja feito um trabalho de base em relação à nossa realidade.

--- **A deputada Ana Reis** perguntou se, no final, a Junta pretende fazer a análise de todas as Cartas dado que, pelo conhecimento que tem de algumas delas, todas enfermam do mesmo mal: fazerem um estudo isolado da sua população, esquecendo os fluxos populacionais, os movimentos pendulares e as migrações intermunicipais, entre os concelhos fronteiriços, pois isso altera completamente as tendências. -----

--- Não havendo mais intervenções, no período antes da Ordem do Dia, o **Senhor Presidente da Mesa** registou aquilo que lhe pareceu a parte mais agradável das intervenções havidas e, ainda que não estivesse de acordo fá-lo-ia por gentileza e admiração, estando em sintonia com aquilo que foi dito pela sua colega Vera Noronha que, com agrado sublinha, porque desconhecia a existência de uma nova publicação sobre um espaço que é uma pepita de ouro da cultura e da memória, no nosso país, uma lição de política e de história de arte, política porque foi uma família com dramas terríveis em que a política se cruzou, levando, inclusivamente, a que o filho em que Relvas mais esperanças depositava se suicidasse, e no plano artístico, temos no Museu José Relvas a melhor colecção de Sousa Pinto, Silva Porto, de Malhoa, entre outras. Quem entra na Casa dos Patudos, e não deve ir lá apenas uma só vez, repara numa escultura denominada Beethoven. Tudo está com uma orientação, entre o espírito e a estética, em que o arquitecto Raul Lino, conjugado com o gosto de Relvas, a memória política de quem deixou sobre a secretária tantos elementos que nos fornecem lições do passado e do presente, justificando, assim, que apele a visitas mais repetidas, para os vossos amigos. As publicações, seriam pois bem vindas e distribuídas, para divulgar o património que, muitas vezes, está injustamente esquecido. -----

--- Passou-se, de seguida, ao **primeiro ponto da Ordem do dia: Apreciação e votação da Prestação de contas e do Relatório de Gestão da CULT, referentes ao ano de 2004** -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** disse existir um provérbio que tem a ver com uma prece judaica que diz que nós devemos ser prontos a ouvir, tardios para falar e ainda mais tardios para nos irar. Julga que, relativamente a esta prestação de contas, não há motivo nenhum para nos irmos, poderemos ser tardios a falar, ficando prontos para ouvir. No entanto, gostaria de sublinhar que se congratula com a circunstância de haver um conjunto de receitas que ultrapassaram cinco milhões e dezanove mil euros, mas depois, verificando a estrutura da receita, há cerca de 81,29% de agregado de capital versus investimento e apenas 18,71 para receita corrente. É muito importante toda a orientação da instituição para o investimento, porque foram recomendações que foram feitas por esta Assembleia, e assinaladas com agrado, pela voz da Senhora deputada do CDS/PP, pela voz dos senhores deputados do PS, pela voz dos senhores deputados do PSD e da CDU, que se irmanaram no desejo de haver mais investimento. Em suma: a receita no agregado de capital e a circunstância de haver 21,29% e 18,7% para capital e agregado corrente, respectivamente, leva-o a dar os parabéns, ao senhor Presidente da Junta da CULT e a pedir-lhe que estenda estas saudações amigas aos seus colegas da Junta.-----

--- Usou da palavra **o deputado Luís Martins** para dar uma sugestão ao senhor presidente da Junta para que os gráficos, presentes nos documentos que são apresentados, passem a vir a cores, pois isso facilita a leitura em futuros relatórios.-----

--- Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação deste primeiro ponto da Ordem de Trabalhos que foi votado favoravelmente, por unanimidade.

--- Não havendo declarações de voto referentes à anterior votação, o senhor presidente da Assembleia colocou à discussão **o segundo ponto da Ordem de Trabalhos: Empresa de Águas do Ribatejo - Abastecimento de Águas e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM - actualização de investimentos**-----

--- Usou da palavra **o deputado Eurico Saramago** que perguntou se poderá haver esta alteração sem ter em conta as alterações que foram introduzidas na Empresa «Aguas do Ribatejo», pela Assembleia Municipal. -----

--- **O Senhor Presidente da Junta da CULT** respondeu que as recomendações que vieram do Município de Santarém foram tomadas em consideração e estão contidas nos documentos que vão ser objecto do concurso para a selecção do parceiro privado. Neste momento, o que está como proposta para aprovação é a revisão do montante dos investimentos que vai ser significativamente superior àquele que estava inicialmente previsto porque, há dois anos para cá, houve uma actualização de projectos e valores do concurso que vão fazer, mas que, previamente, têm de ser aprovadas, quer por esta Assembleia quer pelas Assembleias Municipais de cada um dos Municípios. -----

--- **O deputado Eurico Saramago** pediu que os membros da Comunidade fossem informados das alterações introduzidas. -----

--- **O deputado Luís Martins** disse ter de, neste assunto, manifestar o seu desagrado, dirigindo-se principalmente aos membros da Junta. A informação que lhes chegou foi extremamente pobre e pressupõe que, quem a elaborou partiu do princípio que estes representantes do povo estavam já devidamente esclarecidos sobre os investimentos que justificam esta alteração. Acontece que a sua bancada e pensa que o mesmo se passa com os restantes membros da Assembleia, não está esclarecida sobre quais os investimentos que vão ser levados a cabo e qual a razão de ser desta alteração. Para além de que estranha que a informação enviada aos membros da Assembleia, nem sequer contemple o parecer jurídico que foi enviado às Câmaras Municipais. Pensa que tudo isto está mal apresentado e é insuficiente e terá que haver mais cuidado, em questões futuras. Ainda pensou que o senhor Presidente da Junta desse uma explicação cabal sobre o que efectivamente estava em causa, neste ponto, estranhamente, chega à conclusão que a Junta pensa que todos estão perfeitamente esclarecidos. Colocou duas perguntas prévias à sua intervenção:

se a Empresa «Águas do Ribatejo» já tem figura jurídica, se existe, de facto e legalmente. Outra questão é o que se pretende com este ponto, pois este não diz nada de relevante e não sabem o que vão votar. -----

--- Usou da palavra **o Senhor Presidente da Junta da CULT** que esclareceu que a empresa «Águas do Ribatejo» ainda não tem personalidade jurídica, pois ainda não está constituída, este é um elemento indispensável para a sua constituição e para o lançamento do concurso internacional que vai seleccionar o privado que virá a ser sócio dos municípios, na constituição da Empresa «Águas do Ribatejo». Ela não poderia existir sequer, pois alguns dos pressupostos estão a ser cumpridos agora, nomeadamente esta aprovação e é o que se pretende com esta proposta. Já foi, entretanto, aprovada uma candidatura do saneamento pela União Europeia e actualizaram-se, quer os valores quer alguns projectos que tinham sido objecto de intenção, por parte dos Municípios. O que se pretende é a actualização destes valores que, em quase todos os Municípios, resultam em benefícios, por actualização dos valores que estavam em causa. No entanto, pede que o Dr. António Torres possa pormenorizar um pouco mais, em relação a cada um dos Municípios.

--- Usou da palavra **o Dr. António Torres** que disse pedir desculpa à Assembleia pelo facto do parecer jurídico não ter acompanhado os documentos remetidos a todos, a indicação aos serviços foi para remeter às Assembleias Municipais e aos membros da Assembleia, mas assume, e pede desculpa, por o documento não ter sido enviado aos membros da Assembleia. Já mandou tirar cópia para o poder distribuir, mas é igual aquele que consta de cada uma das respectivas Assembleias Municipais. -----

--- Acrescentou ainda que fizeram o trabalho relativo aos investimentos que estavam previstos, na primeira versão aprovada pelas Assembleias Municipais e que rondava os noventa e oito milhões de euros de investimentos a realizar até 2009, em alta e em baixa, sendo que, para os 40 anos, o investimento a realizar era de cento e cinquenta milhões de euros, em números redondos. Depararam com a situação e tinham duas hipóteses: ou até agora não tinham

apresentado candidatura nenhuma e aguardavam pela criação da empresa, ou tomavam a dianteira e a CULT fazia, como fez, a candidatura a Bruxelas, no que respeita ao saneamento, candidatura que mereceu a aprovação das duas Secretarias de Estado nacionais e de Bruxelas. A candidatura foi aprovada para o saneamento, na ordem dos quarenta e um milhões de euros. Quando da elaboração da candidatura, houve que acolher algumas das informações que eram vertidas das Câmaras, nomeadamente Santarém, que pretendia um investimento em outro sistema, em Alqueidão do Rei. Em Almeirim e Alpiarça também teve que se reforçar o investimento, ou seja, houve investimentos que foram colocados na candidatura e esta, para ser apreciada, tinha que acompanhar o investimento que estava vertido. O que se coloca à apreciação e votação são os investimentos que estão no estudo que foi apresentado a Bruxelas cuja parte do saneamento já está aprovada e para os quais a Junta já está a lançar concurso.-----

--- O deputado **José Alfaiate** referiu parecer-lhe que este ponto não faz grande sentido já que, juridicamente, a Empresa «Águas do Ribatejo» parece que não existe pelo que foi dito pelo senhor Presidente da Junta e também porque não é referido o que se pretende com este ponto. Na realidade, ficaram sem saber qual era o objectivo fundamental. E porque, provavelmente, o senhor Presidente da Junta terá um documento que ele próprio não possui, e como referiu que este documento é fundamental para andar o concurso internacionalmente, agradecia que lhe fosse dito, no documento que tem na sua posse, onde está escrito uma coisa dessas. -----

--- O **senhor Presidente da Junta da CULT** disse não ser necessário estar isso escrito, expressamente. A CULT vai lançar o concurso internacional para seleccionar o parceiro privado. Desse concurso internacional, faz parte um caderno de encargos, desse caderno de encargos faz parte uma relação de obras em cada um dos Municípios que façam parte do INFT. Se não estiver aprovado que investimento é que aceitam que faça parte do concurso, não podem lançar o concurso, não têm parceiro, não se constitui a Empresa e as

«Águas do Ribatejo» vão pelo rio abaixo. Não sabe se é preciso estar escrito nalgum papel que isto tem que ser assim, é que, hierarquicamente, as coisas têm que ser assim. -----

--- O **deputado José Alfaiate** disse ter uma versão completamente divergente da do senhor Presidente da Junta, pois lhe parece que o normal seria haver a constituição jurídica da empresa, primeiro, e só depois serem avançados os passos seguintes. Perguntou se o documento referido como “caderno de encargos” está disponível e acessível, para os membros desta Assembleia poderem ver. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para dizer que irá passar a ser mais selectivo e exigente, quanto à apresentação da documentação e faz um apelo para que todos os elementos essenciais à formação das deliberações, sejam entregues à Assembleia da CULT, na devida ordem. Parte-se do princípio de que todos sabem a mesma coisa, mas nem todos têm a mesma informação. Logo, estão em posições desiguais e tem que se compreender isto, aceitar e respeitar. Comunga inteiramente das preocupações expendidas pelo colega José Alfaiate, partindo do princípio que, se tratasse de uma entidade constituída exclusivamente por autarquias, a orientação que ali foi preconizada pelo colega, faria todo o sentido. Não viria, portanto, qualquer justificação que nos permitisse discutir sobre uma realidade sem qualquer personalidade jurídica, inexistente, de facto e de direito. Todavia, a questão é diferente. Estamos perante uma situação verdadeiramente excepcional que se prende com o facto de, ao contrário do que se passa de norte a sul do país, em que, os Municípios participam, mas não são os detentores maioritários do capital da empresa. Ora, tendo em vista a formação de deliberações que possam vir a sustentar a conclusão do processo, para que esses passos sejam dados, é óbvio que a Junta não tem o chamado “jus imperi”, a capacidade de comando jurídico, porque não delegámos poderes com a necessária capacidade de decisão para que, aja nesta orientação sem que, passo a passo, esta assembleia seja escutada e se pronuncie, através do voto.

Só a circunstância de os documentos não terem sido formulados com esta clareza, é que permite uma intervenção com a qual concordaria inteiramente se a esfera jurídica se resumisse ao espectro autárquico, mas como não é assim, a assembleia tem que se pronunciar sobre ela porque não temos ainda um parceiro privado para a constituição da empresa em causa.-----

---O que se sabe é que é uma situação em que há prioridade ao investimento no saneamento, há prioridade a um conjunto de obras que são conhecidas e, no tocante ao predomínio da condução das políticas concretas de intervenção em qualquer das áreas, águas ou saneamento, competirá aos Municípios que são maioritários, ao contrário, note-se, do se verifica desde Trás-os-Montes até à Península de Setúbal, onde poderão vir a acontecer arrependimentos futuros. A solução adoptada para a Lezíria do Tejo, em concreto, vê-a com carinho e pede aos colegas da Junta e ao Administrador Executivo da CULT que, de futuro, procure, apesar de ser uma personalidade com exemplar carreira porque fez profissão de fé, muito jovem, no talento e no rigor que o caracteriza, que verifique que nós não temos todas as informações e que isto seja mais acutelado no rigor, porque temos todos muitas limitações de tempo, outras preocupações. Doravante, é necessário que as informações venham mais pormenorizadas e exactas, conforme já foi aqui reivindicado por mais do que uma das personalidades que compõem esta Assembleia, que não vêm ali para brincar com coisas sérias, vêm para, com grande empenhamento e, a grande custo pessoal do seu tempo, darem o máximo de si com a formação de decisões. Enquanto presidir a esta Assembleia gostaria que o respeito fosse mantido entre uns, Junta e Assembleia, e que os documentos viessem a tempo e horas e com o rigor que permita a mais fácil condução dos trabalhos. É isso que irá exigir, ficando responsável perante todos para que, doravante, as coisas mudem neste sentido. -----

--- **O deputado Armindo Bento** disse que o que está em causa não é retomar ou recuperar a discussão sobre se deve haver ou não o projecto «Águas do Ribatejo». Pensa que todos os Municípios, todas as assembleias municipais já

votaram favoravelmente esse projecto, e toda a gente sabe que há um parceiro privado. Pensa que não querem discutir isso novamente, sendo assim, é obrigado a dizer que todos devem assumir as suas responsabilidades e quem discute deve assumi-las perante as populações dos seus Municípios, não quer que sejam feitas as obras que têm de ser feitas e que os Municípios não têm meios para as fazer. O que está ali em causa, e não era necessário a aprovação das alterações que foram introduzidas, o que é realçado no parecer jurídico que foi entregue. O que o consultor jurídico diz é que, embora no seu entendimento não seja necessário, “ para não haver recursos ou reclamações” aconselha a aprovação pelas Assembleias Municipais. Não está aqui em discussão a constituição das «Águas do Ribatejo», e se alguém quer recuperar isso, assumo, pois isso é um problema político que querem levantar, não vamos é levantar subterfúgios de outra ordem para pôr pedras no processo. -----

--- Usou da palavra **o Senhor Presidente da Mesa** que felicitou o anterior orador pela clareza da sua intervenção, far-lhe-ia apenas dois reparos. Ninguém ali interveio no sentido de pôr em causa a fuga às responsabilidades perante as populações e se há responsabilidades a atribuir a alguma instituição, relativamente a eventuais atrasos, neste processo, que ninguém venha a apontar o dedo à Assembleia da CULT. Não admite a ninguém que insinue, minimamente, que algum dos colegas daquela Assembleia, ou a Assembleia no seu todo, seja responsável por qualquer atraso, nesta matéria, porque não estamos aqui no reino imaginário das Viagens de Gulliver, em que havia pessoas distraídas, estamos aqui a discutir estas questões com rigor máximo. Se o enfoque que é dado pelos colegas perturba alguém, então têm de dizer as coisas com clareza. Acha que não está a tomar as dores da CDU, que as intervenções foram correctas, ninguém está a pôr em causa o processo e, se isto ainda não foi aprovado, é porque ainda não foi objecto de agendamento. Têm de ter presente que, quando apontamos o dedo a alguém temos quatro virados contra nós e é essa preocupação de equilíbrio e justiça que deve

orientar os membros da Assembleia. As coisas são claras, ninguém está a pôr em causa retrocessos ou reprivatizações de deliberações. -----

---Usou da palavra para responder **o deputado Armindo Bento** que disse que o Senhor Presidente, ou não entende ou não quer entender. A leitura política é feita por cada um e tem tanta legitimidade a sua leitura política como a da CDU que pôs claramente em causa que não exista projecto das «Águas do Ribatejo» e isso não está sequer em discussão. A CDU está contra o projecto «Águas do Ribatejo», assume-o. Não custa nada, em seu entender. Se estivesse contra, assumia-o claramente. Não arranjam é subterfúgios: que faltam os estatutos, que não há constituição, quem é o privado. Isto não se pode saber, como é evidente. A leitura política de cada um é da responsabilidade de cada um e tem tanta legitimidade a sua representação, para assumir a responsabilidade política de dizer que não está ali em causa a discussão dos privados, isso já foi tudo aprovado pelas Assembleias Municipais. Não está ali em causa, sequer, e é bem claro, o parecer jurídico que nós, certamente, todos tivemos tempo de ler e que diz claramente nas conclusões e) e f) por que razão está ali o documento. É neste pressuposto que não vamos passar a discutir o que falta. Falta tudo, como é evidente. O concurso internacional só pode ser lançado no fim destes documentos estarem prontos, sem isso não há concurso nenhum e esta é que é a questão. Agora, as leituras políticas, tanta legitimidade tem a CDU para as fazer como tem o Partido Socialista. -----

---Usou da palavra **o deputado Victor Varejão** que, na sequência das palavras proferidas pelo senhor Presidente José Miguel Noras, em relação às palavras do deputado Armindo Bento, disse que as mesmas, no seu ponto de vista, teriam, de facto, sido excessivas, mas considera-se perfeitamente revisto na leitura do Senhor Presidente e comunga do reparo por ele feito. -----

---**O deputado José Alfaite** usou da palavra e referiu que o Senhor Presidente da Junta da CULT disse que o documento que estava em discussão era o documento cujo título é este «Águas do Ribatejo – investimentos». O senhor deputado Armindo Bento referiu que o que estava em aprovação era o parecer

jurídico. Se o senhor Presidente da Assembleia decidir colocar este ponto à votação, e a sua proposta é que ele deve ser retirado, se assim for, deve clarificar o que vamos votar, nesta conjuntura. Também compartilha das dúvidas que o Senhor Presidente explanou, na sua intervenção e, se lhe permitisse iria repeti-las. É que quando são apenas instituições de natureza pública, as preocupações são menores. Também existe esta particularidade destas associações entre empresas públicas, de norte a sul do país, e este nosso exemplo vai ser uma situação diferente desta e é natural que alguns de nós tenhamos preocupações acerca disto. Estes são os pontos fundamentais, não é mudar ou pretender discutir novamente, são algumas preocupações e, se votámos, nas Assembleias Municipais e temos que votar novamente agora, é natural que venhamos a querer elementos e a ver o que de facto existe para votar. -----

**---O Senhor Presidente da Assembleia** disse que quanto às afirmações por si proferidas, já deu uma explicação quanto à insuficiência dos elementos, mas isso não significa que não haja substância e validade naquilo que foi apresentado para permitir uma deliberação, caso a maioria da Assembleia assim o entenda. Com efeito, para que haja a possibilidade de cooptar um parceiro privado é necessário, obviamente, a existência de um plano de investimentos, sabermos o que é que vamos, em conjunto, efectuar. Porque não se trata de um matrimónio de natureza diferente, as núpcias são de dimensão económica, de investimentos nas áreas que há pouco referiu, com particular enfoque para o saneamento. Há, com efeito, nos onze Municípios, carências nessa área. O que nos foi apresentado permite sustentar essa decisão, embora pudesse ter outro enquadramento. E o senhor Presidente da Junta, na sua intervenção, foi muito claro e humilde e objectivo como sempre. Aliás, as personalidades de talento e de grande mérito são sempre humildes e prestantes. Apontou que estão numa fase de crescendo para a formação das decisões e é obvio que nem sempre os elementos são perfeitos, não são acabados, é uma visão aberta dos problemas. Agora, o que ele disse é um

facto: se não houver uma deliberação quanto aos investimentos a realizar em conjunto com o parceiro privado, não há hipótese de ter uma parceria nesse domínio. As coisas são claras e é obvio que, para darmos esse passo, a CULT entende, no âmbito da Junta, que a Assembleia se deve pronunciar e é isso que agora está a verificar-se. Comungando, embora, das preocupações quanto à insuficiência de alguns elementos e não estando contente com observações de maior agressividade política que ali foram retratadas, o que é certo é que, em substância, há elementos que nos permitem deliberar. Todavia, a Assembleia é a vontade expressa da maioria dos seus membros. Manifestou discordância relativamente às preocupações expendidas pelo colega Alfaiate, a quem reconhece, contudo, uma acção na defesa do desenvolvimento regional. Achou que os seus contributos foram importantes mas, na sua modesta leitura, não o convenceram que não há condições de votar aquilo que é o instrumento para dar possibilidade de a Junta prosseguir o caminho, tendo em vista a desejada parceria que dê origem legal, em termos da aquisição de personalidade jurídica, a uma realidade que, como referiu o seu colega Armindo Bento, ainda não existe. Não existe mas há, para trás, muito trabalho realizado. Acha que há condições para proceder a votação depois de analisados, até à exaustão, todos estes documentos. Em todo o caso, a CDU tem uma posição importantíssima, mas não há ali elementos mais importantes, outros menos importantes. Tanto vale a sua posição, em termos de voto, como vale a da sua colega do CDS/PP, tê o mesmo valor, em termos de votos, em termos políticos. Portanto, nem há predomínio do PSD sobre a CDU ou vice-versa, nem do PS sobre nenhum deles, nem de ninguém sobre o PS, ou sobre os outros. Entendeu haver condições para votar, no sentido de que é apenas mais um passo nesta caminhada que tem de se fazer, com esse espírito de sacrifício e de empenhamento de todos. Nesse sentido, é que, caso houvesse negligência política, atrasos sem grande sustentação e que redundassem de opções politico-partidárias, aí sim, é que teria de dar o braço a torcer e, em relação ao seu colega Armindo Bento, o que não lhe agradaria porque, se houver atrasos e

prejuízos para este desenvolvimento dos planos de investimento é que, a partir de agora, podemos ter alguma coisa a ver com as consequências e os eventuais prejuízos para a CULT. Isso e não desejaria e chamou a atenção de todos para que avaliem, no fundo das suas consciências políticas, se há ou não condições de prosseguir com o tema. Sinceramente não lhe agradaria retirá-lo só porque há insuficiência de elementos. -----

---Usou da palavra **a deputada Luísa Portugal** que disse que lhe pareceu ter-se passado qualquer coisa na Assembleia que a deixou, de certa forma, baralhada. Um ponto prévio para dizer que pensa que estão num fórum e numa Assembleia de discussão política e, portanto, é legítimo que cada um, à luz do que representa e à luz do que é, individualmente, tenha abordagens políticas dos assuntos. Portanto, isso nem sequer é privilegiar este ou aquele grupo partidário, mas é mesmo em termos individuais, porque é assim que ali estão. Têm de ter opinião estritamente política e não jurídica e não de outras áreas, essas serão um contributo, mas a primeira chama de negociação e de debate dos assuntos é de índole política. Esta é a sua abordagem a qualquer coisa que se passou ali e que não percebeu. Para si é relativamente claro: foi já aprovado um investimento previsto para as «Águas do Ribatejo», e o que lhe foi apresentado foi o investimento actualizado, portanto algumas alterações em termos dos investimentos por concelho e algumas alterações em termos do financiamento. O parecer jurídico que foi distribuído poderá ajudar, até para perceberem se será correcto que isto seja posto a esta Assembleia, mas o que estamos a votar é uma alteração do investimento já aprovado. Não percebeu muito bem como é que, de repente, se começou a derivar para outros assuntos que acha que são pertinentes se, eventualmente, a maioria das pessoas encontrar assunto para isso. Mas, naquele momento, o que está em discussão é a alteração do investimento e mais nada. Não há pareceres jurídicos para serem votados, não há outras quaisquer concepções, não há ideias políticas de cada um de nós, na abordagem do problema e o assunto é tão claro quanto o que está escrito no 2º ponto da Ordem de Trabalhos. -----

---Usou da palavra **o deputado Armindo Bento** para esclarecer a situação. Foi dito e bem pela Luísa Portugal que estamos a votar alterações. Ao contrário do que ficou ali expresso, se não votarmos, o que continua em vigor é o que já foi votado. As alterações foram introduzidas pelos senhores Presidentes de Câmara para melhorar o plano inicial, se não queremos que ele seja melhor, não votam. O que está em causa é votar alterações que, no entender dos Executivos Municipais, vêm melhorar cada concelho. Se a Assembleia entender que não vota as alterações, é evidente que o que está em vigor é o anterior e isso nem sequer está em causa.-----

---**O deputado José Paulo**, a título meramente pessoal, saudou a isenção do Senhor Presidente da Assembleia, quer em relação aos grupos, quer em relação à própria Junta. Recordou ao senhor Director Executivo que, neste ponto específico da Ordem de Trabalhos, «Águas do Ribatejo», há dois concelhos que não pertencem a este grupo – Azambuja e Rio Maior que estão integrados nas «Águas do Oeste». Julga ser de todo o interesse que, neste espaço, seja discutido tudo e mais alguma coisa, em relação às «Águas do Ribatejo» e Azambuja e Rio Maior poderão dar o seu contributo a esta discussão e não acontecer o que às vezes acontece que é pensar que o que já foi discutido, na Assembleia Municipal, não tem que ser discutido na Assembleia da CULT, uma coisa, a seu ver, não tem nada a ver com a outra, pois o âmbito desta Assembleia é regional.-----

---**O deputado João Fróis** trouxe à Assembleia o seu testemunho do que se passa no Concelho de Rio Maior e os benefícios que está a representar para o seu concelho a adesão às Águas do Oeste. É evidente que, quando se trata de uma parceria entre Municípios e privados há sempre algumas dúvidas, no entanto, se os Municípios têm 51%, têm sempre o controle dessa empresa. Os benefícios da adesão às «Águas do Oeste» já estão evidentes no que se refere ao saneamento básico, já assumiram responsabilidades, já há trabalho feito e as vantagens são enormes. Daí ir votar favoravelmente este ponto, embora a

nível pessoal, para que se crie também, na região a que pertence, as «Águas do Ribatejo». -----

---**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que as intervenções foram todas felizes, na estimulante multiplicidade de pontos de vista. A Dra. Luísa Portugal sintetizou de uma forma plena a questão em agenda. Importa, no entanto, acrescentar que a Assembleia da CULT nunca foi vista nem achada nestas matérias, apenas de modo indirecto, e isso não lhe tira competências para se pronunciar sobre as matérias. Quando diz, modo indirecto, quer dizer: o dado passo as Assembleias Intermunicipais, que nada tinham a ver com os membros desta Assembleia, que somos eleitos distintos, pronunciaram-se sobre estas matérias. Esta Assembleia aceitou aquilo que foi herdado e respeita tudo isso. Esse facto não leva a que estejam impedidos de reapreciar aquilo que foi tratado, caso seja útil e necessário.-----

---O entendimento maioritário que faz, após ouvir as intervenções, é o de que estão em condições de votar o documento. -----

---Usou da palavra **o Dr. António Torres** que disse que não ficaria bem consigo próprio se não dissesse o seguinte: a Junta tem um parecer jurídico que diz que não é preciso ir às Assembleias o presente documento. No entanto, falando com os Presidentes, quiseram remeter o assunto para a Assembleia da CULT. Quanto à insuficiência dos documentos, eles são os mesmos que estão nas Assembleias Municipais. Houve um lapso, que assume pessoalmente, do parecer jurídico não ter ido, mas podiam não ter submetido nada à Assembleia, pois o parecer jurídico diz que não é preciso. De qualquer modo, o que estão a fazer é passar um investimento a curto prazo, de noventa e oito milhões para cento e sete milhões de euros, e passar um investimento a médio e longo prazo de cento e cinquenta milhões para duzentos milhões de euros. Todos os documentos que já aprovaram nas Assembleias Municipais e nas Assembleias Intermunicipais da Lezíria do Tejo não se alteram, há recurso ao Fundo de Coesão, à Reserva de Eficiência e a outros investimentos que serão suportados pela entidade privada. -----

---**O Senhor presidente da Assembleia** colocou este ponto à votação e foi o seguinte o resultado da mesma: o projecto foi aprovado com 21 votos a favor, 4 votos contra e sem abstenções. -----

---**O Senhor Presidente da Mesa** solicitou à Assembleia, antes de passarem às declarações de voto, se autoriza que, quer este, quer os outros pontos da Ordem de Trabalhos sejam aprovados em minuta, a fim de produzirem eficácia jurídica imediata e os respectivos efeitos. A assembleia pronunciou-se favoravelmente, por unanimidade. -----

---Para uma declaração de voto desfavorável, relativa ao ponto Águas do Ribatejo, usou da palavra o **deputado José Manuel Rosário** que disse que o seu voto contra se prendeu com uma questão de princípio. Nunca esteve de acordo com a criação da Empresa «Águas do Ribatejo», nos moldes apresentados, muito menos esteve de acordo com a forma como este ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado, nomeadamente a falta de documentação.

---Para uma declaração de voto desfavorável, sobre o mesmo tema, usou da palavra o **deputado José Alfaiate** que disse que o seu voto contra não significa que não esteja de acordo com os objectivos que a CULT tomou até este momento, nomeadamente no avanço da candidatura aos fundos comunitários. Entende que a forma como o assunto foi agendado e a falta de elementos, em termos da discussão, cadernos de encargos e outros documentos que não são do nosso conhecimento, impediu-nos de formar uma opinião mais precisa. Por outro lado, vê com alguma preocupação, e isso não é de agora, é de há já muito tempo, a entrada de um privado no capital social da Empresa. São estas as razões do seu voto contra.-----

---Usou da palavra o **deputado José Brás** para uma declaração de voto favorável, dizendo desejar, em primeiro lugar, manifestar a sua solidariedade para com o seu companheiro Alfaiate, e dizer que concordam, por questões de princípio, com todas as questões formais e processuais que levantou. Estão correctas, assim como com a posição do Senhor Presidente. Por outro lado disse, tal como foi afirmado anteriormente, que este é um espaço democrático

onde cada um tem legitimidade para expressar as suas opiniões, sem que, com isso, falte ao respeito aos outros e não é essa a sua intenção. A sua declaração de voto é a seguinte: atendendo às diferentes realidades locais e aos investimentos previstos, às candidaturas apresentadas em concelhos do interior, como é o seu, à participação dos Municípios como garante dos interesses públicos, às fontes de financiamento, em grande parte do Fundo de Coesão, à minimização dos esforços financeiros dos Municípios e à valorização do património das nossas autarquias, para tentar não inviabilizar a adjudicação do concurso a nível internacional, e para permitir potencializar as novas obras de que tanto estamos carenciados e as infra estruturas já existentes. É esta a sua declaração de voto secundada por mais dois dos seus companheiros de bancada. -----

---**O deputado António Nobre** apresentou uma declaração de voto favorável, no sentido de não querer dizer que seja contrário a estes investimentos, mas prende-se com uma filosofia política sobre a natureza da pessoa colectiva que vai conduzir os mesmos investimentos e daí a natureza do seu voto. -----

---**A deputada Luísa Portugal** , na sua declaração de voto favorável, disse não ter qualquer problema em relação à entrada de um accionista privado, os privados não são papões e a nossa sociedade é constituída por várias formas de intervenção. Por outro lado, pensa que isto fará com que a vigilância seja mais atenta, em termos de instituições públicas e, provavelmente, naquele espaço e nos outros, nomeadamente nos Municípios. -----

---Passou-se, de seguida à discussão do **terceiro ponto da Ordem de trabalhos: Apreciação e votação da primeira Revisão Orçamental**, que não suscitaram discussão e foi aprovado por unanimidade. -----

---A Assembleia interrompeu os trabalhos por um período de cinco minutos após o qual se passou à **apresentação do Projecto Ribatejo Digital** que foi feita pelo Dr. António Torres. -----

---**O Dr. António Torres** disse que o projecto tem cerca de dois anos e meio no terreno e vai ser apresentado publicamente no final do mês de Maio, mas

consideraram fazer todo o sentido apresentá-lo, em primeiro lugar à Assembleia da CULT. -----

---O projecto orça um milhão e novecentos mil contos, em moeda antiga e tem seis eixos de acção:-----

- . O acesso à Internet para todos -----
- . os serviços On Line das Câmaras -----
- . a comunidade empresarial -----
- . A promoção turística-----
- . A sociedade civil-----
- . A educação -----

---No acesso público à Internet para todos, a Comunidade é responsável pela coordenação dos Espaços Internet; onze são nas sedes de concelho e outros são em aglomerados urbanos equivalentes às sedes de concelho, sedes de freguesia. Por outro lado todas as freguesias da Lezíria têm um ou dois computadores com acesso gratuito à Internet, com scanner, isto numa perspectiva de equidade de acesso a estas novas tecnologias. Este projecto será complementar com o Portal Regional que vai ser lançado. Quando tivermos serviços das Câmaras a funcionar no Portal, as pessoas poderão deslocar-se às sedes de freguesia para obterem alguns serviços e informações das Câmaras. Para isso convém dar formação aos monitores dos Espaços Internet actuais para poderem desempenhar esse papel e vão também ser requisitados recursos humanos para fazer essa formação e apoio.-----

---Apresentou depois imagens de alguns dos espaços existentes nos diversos Concelhos. -----

---Em termos dos serviços On-line, foram desenvolvidos os onze sites das Câmaras Municipais, estarão todos carregados até final do mês de Maio, para que se possa fazer a tal apresentação pública. Na aquisição de diversos equipamentos e softwares para os municípios importa dizer que dotaram os municípios com ploters e estações gráficas para os sistemas de informação geográfica, num investimento bastante avultado, com softwares caros. Têm a

parceria para aquisição de cartografia à escala 1/10000 da qual fez o ponto de situação: a cartografia está praticamente entregue, só que são processos complicados. Os técnicos da CULT têm que ir para o terreno validar, fazem uma primeira validação, depois vai para o IGP onde é feita nova validação até que ela se torne oficial. Estão também a ser pioneiros pois serão a primeira NUT3 do país a ter as três componentes em formato digital e vectorial, ou seja, a cartografia 1/2000, o cadastro rústico digitalizado e a cartografia 1/10000. Isto é extremamente importante em termos de cadastro, porque este, cruzado com o PDM, poderá dar a informação prévia junto das Câmaras. Irão também, depois, disponibilizar uma série de serviços de serviços camarários via Internet. Estão a fazer testes, acerca de três meses, com a Câmara de Santarém, porque há dois softwares houses, em termos de BackOffice nas Câmaras, a AIR e a MEDIDATA e estão em testes com estas entidades e com as Câmaras Municipais para oferecer alguns serviços on-line. Numa primeira fase vai ser, fundamentalmente a consulta de processos, também a submissão, mas temos de ter conta que deveremos ir passos a passo na apresentação destes serviços que são complicados. Fizeram um esforço, ao nível dos onze municípios, e estão a tentar uniformizar os cento e tal formulários relativos ao processo de construção que existem em cada uma das Câmaras, havendo algumas especificidades em cada um, ou pela existência de mais planos gerais de urbanização ou de Planos de Pormenor, farão a uniformização dos formulários dos onze municípios até onde for possível.-----  
---Será possível, via Internet, tirar dúvidas, sugestões e reclamações e terão ainda os serviços de informação geográfica.-----  
---Esta candidatura engloba também o NERSANT que tinha uma componente de cerca de trezentos mil contos, no total de um milhão e novecentos mil e desenvolveram um projecto destinado às Empresas, não apenas para a Lezíria mas também para o Médio Tejo. Criaram um Portal Empresarial Regional e também uma Plataforma de Comércio Regional e prestam apoio às empresas associadas, em serviços de mailing, mail, etc.-----

---Em termos de Promoção Turística, procuraram a Região de Turismo do Ribatejo e vão ter no futuro Portal que será [www.ribatejodigital.pt](http://www.ribatejodigital.pt), o epicentro de todo este projecto e, de acordo com a Região de Turismo, tentaram passar para a Internet quase todos os conteúdos dos folhetos existentes para promoção turística. Tentaram também criar alguns circuitos mas trata-se ainda de uma componente que poderá ser valorizada em diversas áreas como a Rota do Vinho, a Rota do Cavalo, etc., podendo ser criadas várias áreas neste campo. Um dos grandes objectivos é a promoção turística da Lezíria do Tejo. -----

---Em termos da componente Sociedade Civil, esta medida ainda não foi aberta mas sê-lo-á oportunamente, para apoiar a dinamização de projectos apresentados por entidades da sociedade civil e também a aposta na parceria para a criação de dois diários on-line de dois Jornais Regionais, um dos quais já estão a ser apoiados, um dos quais até já está no ar e o outro, a curto prazo, também entrará no ar. -----

---Em termos de Educação também uma parceria com o Instituto Politécnico de Santarém, projecto que já está adjudicado por aquele Instituto e que visa a interligação das cinco Escolas, existentes em Santarém, através de redes wireless, para que os alunos, nos perímetros dos campos e dos edifícios do Politécnico, possam ter acesso gratuito à Internet. Há depois uma série de conteúdos que o Instituto Politécnico vai desenvolver em termos de materiais pedagógicos para fornecer aos alunos, para que estes possam obter essa informação. -----

---Acrescentou ainda que existe o Roteiro denominado Geo Ribatejo em que foi feito o levantamento dos cento e dois mil edifícios existentes na Lezíria do Tejo e têm portanto todos os números de polícia, todos os eixos de via. Através do Portal pode-se pesquisar a rua, a actividade económica, saber perfeitamente qual é a actividade económica existente em determinado edifício. Isto é uma base de preparação para questões que possam surgir, no futuro, relativamente a levantamentos que tenham que ser feitos em edifícios, para efeitos de taxas

ou de impostos municipais ligados à construção. Já existe uma base de dados muito forte, com o cadastro rústico e com este levantamento que foi realizado.

---Terá ainda que ser feito o cadastro urbano que é fazer o trabalho em cada prédio, à semelhança do que se faz nos censos, mas ainda não existe legislação específica. -----

---Passou a apresentar alguns dos sites. -----

---Em termos de serviços on-line, vão ter um Roteiro Municipal, mapas estatísticos, onde consta toda a informação levantada nos Censos de 2001, que permite obter toda a informação por subsecção, por lugares, freguesias, gera mapas, gera fichas com informação, podem mudar-se os mapas, etc....Foi lançado um concurso público, há uma ligação entre a CULT e os municípios através de uma VPN, e a saída para a Internet é de cerca de dois mega.

---Vai ser criado um Cartão de Utente do Ribatejo Digital, onde será dada uma password para que se registe e ter acesso à consulta do processo que meteu na Câmara, para ir acompanhando o processo, ou fazer a submissão de um formulário para o respectivo município. -----

---Foram mostrados vários exemplos de utilização do portal: formulários, informação estatística, consulta ao PDM, Roteiro Municipal, turismo e património, alojamentos turísticos, pedidos de reserva de alojamento, balcão de atendimento para o cidadão informações úteis. -----

---Referiu ainda que estes serviços ainda não vão estar disponíveis para todos porque a digitalização dos PDMS, do Cadastro Rústico e da Cartografia à escala 1/2000, ainda não se encontram totalmente concluídos em todos os municípios. -----

---Terminada a apresentação do projecto Ribatejo Digital, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Maria da Graça Morgadinho, \_\_\_\_\_ que a redigi e subscrevi e pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa. -----

**---O PRESIDENTE**\_\_\_\_\_

**---O VICE PRESIDENTE**\_\_\_\_\_

**---O VICE PRESIDENTE**\_\_\_\_\_